

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Com 'ONS do gás' e abertura só em 2022, Petrobras desagrada Guedes.....	2
Título: Para STF, tabela do frete é tema delicado e decisão não deve sair tão cedo	4
Título: No alvo de privatização, estatais federais lucraram 132% mais em 2018.....	5
Título: Empresas cortam 60 mil pessoas e preparam mais PDVs	8
Título: Sob revisão, 280 fundos públicos correm até risco de extinção	9
Título: Destaques	11
Título: Curtas	12
Título: Venda de ativos da Petrobras já soma R\$ 10 bi.....	13
Título: 'Barato', caroço de algodão vira ração para bois	14
Título: Pressão sobre preço de combustíveis preocupa o setor	16
Título: Mercado prevê retomada das cotações do açúcar	18
Título: Etanol deve seguir com valores competitivos em relação à gasolina	20
Título: Empresas aproveitam demanda aquecida para trocar dívida cara.....	21
Título: Investidores disputam debêntures com bancos	23
Título: Pacto federativo emperra e preocupa governadores	26
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	29
Título: Ofertas de ações de empresas brasileiras podem movimentar R\$ 80 bi este ano	29
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	30
Título: Sanções de Donald Trump contra petróleo da Venezuela entram em vigor.....	30
VEÍCULO: O Globo	31
Título: Vazamento pode atingir a Baía de Guanabara	31

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Com 'ONS do gás' e abertura só em 2022, Petrobras desagrada Guedes**

Em documento apresentado ao governo, a Petrobras prevê um cronograma de abertura para o mercado de gás que se estende até 2022. A estatal fala na "ideia inicial" de assinar um termo de compromisso, em prazo de dois meses, com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O roteiro traçado pela petroleira, nas conversas com os ministérios da Economia e de **Minas e Energia**, inclui cinco pontos.

Uma das propostas mais controversas é a criação de um Gestor Independente do Mercado de Gás (GIMG), inicialmente como subsidiária integral da Petrobras, que teria entre suas tarefas coordenar o acesso de empresas aos gasodutos de transporte. Esse gestor, de certa forma comparável ao papel exercido pelo ONS no sistema elétrico, só se transformaria em ente privado e com a participação de representantes do mercado daqui a três anos.

Na apresentação, obtida pelo **Valor**, a Petrobras mostra disposição de firmar um termo de compromisso com Cade e ANP em junho. O gestor independente seria constituído no segundo semestre.

A proposta, no entanto, foi muito mal recebida pelo ministro Paulo Guedes e pelo time de economistas convidados por ele para estudar o assunto. Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), discorda frontalmente da ideia. Ele cita que os EUA e até mesmo a Argentina, onde o mercado de gás é bem mais desenvolvido do que no Brasil, não possuem um órgão semelhante. A União Europeia é um caso diferente, compara, porque tem 28 sócios e importa quase todo o gás de fornecedores como Rússia e Argélia.

Para Langoni, um dos principais interlocutores de Guedes para pensar uma abertura do setor, o atual marco regulatório do gás amplifica distorções e gera uma superposição de ineficiências. "Vivemos uma situação esdrúxula: o Brasil já é um grande produtor de gás natural, essa produção vai crescer muito nos próximos anos e temos um dos maiores custos do gás para a indústria do mundo."

Langoni acredita que o custo do insumo para a indústria brasileira, hoje na faixa de US\$ 12 a US\$ 14 por milhão de BTU (unidade de referência no setor), pode

cair à metade. No Japão e na Coreia, esse valor costuma ficar entre US\$ 7 e US\$ 8. Na UE, apesar de todo importado, varia de US\$ 6 a US\$ 7. Nos Estados Unidos, com o impulso dado pelo "shale gas", não costuma passar dos US\$ 3.

O economista vê o advento do pré-sal como uma oportunidade semelhante para dinamizar a indústria no Brasil. "Vamos sair de 60 milhões para 160 milhões de metros cúbicos por dia, nos próximos quatro anos, já considerando a reinjeção [de gás nos poços produtores]. Temos a oferta e não temos a demanda. Tudo por causa de um congestionamento regulatório e contratual", afirma.

Que não se espere um pacote, com redução imediata e forçada dos preços, diz Langoni. "Não é um pacote. É um processo ordenado de desregulamentação, que acompanha o aumento da oferta, sem canetadas e artificialismos. Eu acredito no mercado."

O presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa, está otimista com as perspectivas dadas pelo novo governo. "Essa base conceitual, que está assegurada pelo Guedes e pelo Langoni, é da solução via mercado", diz Pedrosa. "Quando não há essa consistência nos conceitos, a dispersão de interesses é muito maior, e lobbies disfarçados podem emplacar. Agora, o governo está dando o norte. Assim, teses intervencionistas e protecionistas são desmascaradas muito mais facilmente do que quando não há consistência."

Um estudo da Abrace mostra que o custo unitário do gás natural na indústria brasileira aumentou 1.410%, quase sete vezes acima do IPCA, desde 2000. O estudo simula, então, o que ocorreria com uma tarifa compatível com o padrão internacional a partir de 2019. Conclusão: o fluxo anual de investimentos no setor produtivo poderia subir R\$ 63 bilhões. E o crescimento do PIB na próxima década, que ficaria em 2,2% ao ano, saltaria para 2,6% no período com o cenário de queda do preço.

Com as promessas oficiais de tomar medidas, é grande a expectativa das empresas. O gerente de assuntos governamentais e regulação da Eneva, Rômulo Florentino, garante que há apoio à liberalização do mercado. Ele pede, no entanto, que os esforços não se concentrem exclusivamente no pré-sal. "Seria muito importante também um olhar para o gás produzido em terra."

No caso da Eneva, que tem uma capacidade de produção atualmente em 8,4 milhões de metros cúbicos por dia no Maranhão, tem planos de dobrar a geração de energia termelétrica (a partir do gás) até 2023. Um ponto crucial, na avaliação de Florentino, é ter menos regras diferentes por Estados. "A

harmonização de regras pode fazer com que projetos como o nosso sejam viabilizados."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Mariana Muniz | De Brasília

Título: Para STF, tabela do frete é tema delicado e decisão não deve sair tão cedo

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a constitucionalidade do tabelamento de frete rodoviário não deve sair tão cedo. Interlocutores ouvidos pelo **Valor** afirmam que a interpretação da Corte é de que o assunto cabe ao outro lado da Praça dos Três Poderes e que qualquer interferência do Judiciário seria contraproducente.

O ministro Luiz Fux, relator das ações que questionam a constitucionalidade da política de preços, é quem tem feito o meio de campo entre o Supremo e o Planalto. Reservadamente, fontes relatam que o ministro não tem a intenção de julgar o mérito do caso enquanto o assunto estiver quente. O tema é considerado delicado devido ao peso dos caminhoneiros na base de sustentação do governo.

A assunto foi levado ao Supremo por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.956, ajuizada pela Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil (ATR Brasil), pela ADI 5.959, proposta pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e pela ADI 5.964, apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Todas elas são contrárias à medida. Nos recursos enviados ao STF, a CNA e a ATR Brasil argumentam que a política de preços mínimos tem potencial lesivo aos princípios constitucionais da livre iniciativa e livre concorrência e aos "atos jurídicos perfeitos", ou seja, violaria contratos de transportes já celebrados com previsão de preços de frete ou de combustível.

Enquanto não houver decisão do Supremo, a situação do piso mínimo para o frete permanece como está: sendo tratada pela Esplanada e pelo Planalto.

A edição da tabela do frete é resultado da Medida Provisória 832 de 2018, editada pelo então presidente Michel Temer. Ela fez parte de um pacote de ações para pôr fim à greve dos caminhoneiros em maio do ano passado. A greve teve consequências desastrosas para a economia.

A fiscalização do preço mínimo por frete esteve no centro do movimento dos caminhoneiros de 2018 e continua sendo uma das principais demandas da categoria - que tem sido recorrentemente ouvida pelo governo Jair Bolsonaro, que quer evitar a repetição da greve do ano passado.

Na semana passada, a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) reajustou a tabela com os preços mínimos para o frete rodoviário. Além disso, o Executivo prometeu à Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA, entidade que reúne os caminhoneiros autônomos) que fiscalizaria o cumprimento dos valores mínimos previstos.

A CNI disse ver com preocupação os efeitos do tabelamento do frete e eventuais indexações de preços para a economia. "O tabelamento do frete traz distorções para a economia e não representa solução eficaz para os problemas hoje enfrentados por caminhoneiros autônomos", afirmou, em nota, o presidente em exercício da entidade, Paulo Afonso Ferreira.

No início de abril, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou parecer ao STF favorável à constitucionalidade do tabelamento de frete rodoviário, por entender que a lei que criou o instrumento busca assegurar a prática justa de preços no transporte de cargas.

Na manifestação, Dodge diz que o tabelamento do frete é constitucional por se tratar de uma medida excepcional para enfrentar uma situação de crise no mercado concorrencial.

"A livre iniciativa e a livre concorrência não possuem valor absoluto na ordem jurídica e podem ser relativizadas para a salvaguarda de outros valores constitucionalmente protegidos", diz a PGR na manifestação.

Segundo ela, esses valores devem ser conciliados com o princípio da dignidade humana, da valorização do trabalho e da ordem econômica. Em fevereiro, Fux atendeu a uma demanda da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu a tramitação de todos os processos, em todas as instâncias judiciais do país que envolvam o tabelamento do frete.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Especial

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: No alvo de privatização, estatais federais lucram 132% mais em 2018

As principais estatais federais registraram em 2018 um lucro líquido somado de R\$ 74,3 bilhões, o que representa um crescimento de 132% em relação a um

ano antes e também o melhor resultado em pelo menos oito anos. A melhora, impulsionada pela diretriz voltada à geração de resultado nos últimos anos, impulsionou o pagamento de dividendos da União. Agora, o novo governo deve dar ênfase ainda maior à venda de ativos das empresas.

Fernando Soares, secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, afirma que o resultado visto até agora é consequência de políticas e medidas ligadas a redução de despesas e venda de ativos. Os motivos também estão expostos no nono Boletim das Empresas Estatais Federais, elaborado pela pasta e que reúne indicadores financeiros e corporativos das companhias (nesse caso, com dados atualizados até o quarto trimestre de 2018 - os mais recentes disponíveis).

"Cada uma tem sua especificidade, mas implementamos uma série de políticas e medidas com vistas a cortar custos e aumentar eficiência e produtividade."

Soares, que comanda a secretaria desde que ela foi criada (em 2016), diz que haverá um "aprofundamento" da política de privatizações no governo de Jair Bolsonaro, com as empresas se voltando "àquilo que são efetivamente preparadas para fazer, em vez de queimarem esforços". "Fatalmente, quando você tem uma atitude de conglomeração de empresas estatais, com muitos negócios diferentes, perde-se especialização, eficiência e rentabilidade. Então a tendência é que as empresas se voltem ao 'core business'", afirmou.

Ele cita diferentes empresas que devem fazer alienações de ativos, citando posicionamentos recentes das próprias empresas e de seus executivos. Entre elas, estão Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Há outras ações em paralelo. Conforme já revelado pelo **Valor**, por exemplo, o Ministério da Economia começou a estudar novamente qual será o modelo de privatização da Eletrobras - o que pode incluir uma reorganização de subsidiárias e uma nova abertura de capital em bolsa de valores (IPO). Também é estudada a privatização da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (Codesa). Mais recentemente, Bolsonaro afirmou ter dado aval para a análise técnica da venda dos Correios.

"Estamos falando de um 'pipeline' gigantesco. Tudo isso já é monumental", disse Soares. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já chegou a falar que devem ser privatizadas empresas "que vocês nem suspeitam".

No caso do BNDES, as vendas serão por meio do braço de participações do banco (BNDESPar) e de ativos já maduros - como feito recentemente com ações de Petrobras, Vale e Eletropaulo. "O BNDESPar é um veículo que age para

performar novos projetos. Então, a lógica empreendida é: vou continuar estacionado em ativos que já são desenvolvidos? Não", disse Soares. No fim de setembro, a carteira do BNDESPar valia R\$ 117 bilhões. Ao fim de dezembro (dado mais recente disponível), já havia descido para R\$ 100 bilhões.

No Banco do Brasil, o processo de vendas inclui uma medida recentemente tomada pelo conselho de administração - que autorizou a alienação de 9,36% de ações na Neoenergia (controlada pela espanhola Iberdrola). A instituição também estuda alternativas para participações nos bancos Patagônia e Votorantim. Na Caixa, devem ser vendidas ações de Petrobras e Alupar e ofertadas ações em bolsa das empresas de seguros, cartões, lotérica e gestora de recursos.

A venda de ativos (incluindo subsidiárias inteiras) já foi observada ao longo dos últimos anos. Desde 2016, quando foram criados a secretaria e os boletins de acompanhamento das empresas, o número de estatais baixou de 154 para as atuais 136. A redução ocorreu por meio de venda, liquidação ou incorporação por outras empresas. Estão nessa conta, por exemplo, as distribuidoras da Eletrobras leiloadas ao mercado no ano passado.

Exemplo mais recente que ainda não entrou na conta é a venda de três ativos da Petrobras oficializada na quinta-feira passada (25) por cerca de R\$ 40 bilhões. Entre eles, a participação de 90% na Transportadora Associada de Gás (TAG) para a Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec.

Na visão de Soares, a melhora observada deve beneficiar o superávit primário por meio do maior pagamento de dividendos. "Se eu fosse fazer um correlograma [entre resultado e dividendos], é líquido e certo. Em 2016, o resultado foi um pouco melhor e houve mais dividendos. Em 2017, também", disse.

Desde 2016, os pagamentos feitos à União vêm subindo de forma contínua. Se naquele ano o valor ficou em R\$ 2,847 bilhões, no ano seguinte subiu 37% - para R\$ 5,515 bilhões. Em 2018, subiu mais 39% e chegou a R\$ 7,676 bilhões. Para 2019, o valor está previsto atualmente em um número similar: R\$ 7,489 bilhões.

Segundo Soares, a remuneração feita à controladora União é desejável desde que feita de forma sustentável. "Queremos que a empresa pague muitos dividendos porque somos acionistas, mas desde que isso não comprometa o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade dela", afirmou o secretário.

Ele afirma que a remuneração à União é feita de maneira natural, sem "forçar" a companhia. "É um dividendo estrutural. Não forcei a empresa a pagar

dividendos. Ela está gerando rentabilidade e pagando dividendos sem comprometer a estabilidade", afirmou.

Soares acredita ainda que os pagamentos feitos ao caixa do Tesouro não se opõem às diretrizes do atual governo, voltadas à privatização. "Isso é uma contradição com a estratégia de privatização? Claro que não. Uma empresa mais sustentável, mais estruturada economicamente e financeiramente, é um ativo melhor para ser privatizado, desestatizado, ou para receber um parceiro estratégico", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Especial

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Empresas cortam 60 mil pessoas e preparam mais PDVs

As empresas estatais vão executar novos programas de demissão voluntária (PDV) a partir deste ano. Segundo o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, Fernando Soares, pelo menos cinco já estão autorizados.

Os novos programas serão executados em meio a um movimento de enxugamento já observado nas empresas federais ao longo dos últimos anos. Ao todo, o número de funcionários foi reduzido em 60 mil desde o ápice observado ao fim de 2014. De lá pra cá, o número total caiu de 555 mil para 495 mil.

É como se as estatais tivessem cortado juntas todo o quadro da Petrobras, já que a redução representa mais do que a quantia de empregados da petroleira (47 mil).

O número atual já é menor do que o registrado em todos os anos do governo de Dilma Rousseff. Também já está abaixo do observado ao fim do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (em 2010, as estatais empregavam 499 mil pessoas).

Entre as grandes empresas, a maior redução percentual entre 2014 e 2018 foi a da Petrobras, que registrou um corte de 17% de empregados. Já a Caixa diminuiu sua força de trabalho em 16%, para 85 mil funcionários. Em seguida,

estão Banco do Brasil (corte de 13% no período, para 101 mil pessoas) e Correios (corte de 12%, para 105 mil).

Segundo Soares, as vagas deixarão de ser preenchidas na maioria dos casos. "A estratégia de uso dos PDVs para adequação de mão de obra das estatais continua. Na grande maioria, estamos fazendo sem reposição de pessoal, de forma que eu tenha uma redução de quadro", disse. Questionado, afirmou que não pode dizer quais são elas para não prejudicar a estratégia das empresas.

Um deles, no entanto, já foi oficializado. Na semana passada, a Petrobras anunciou seu PDV em linha com o plano de redução de despesas da companhia - que tem como meta cortar US\$ 8,1 bilhões em gastos operacionais gerenciáveis entre 2019 e 2023. A Caixa pode seguir o mesmo caminho. A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) afirma que a direção do banco já teria afirmado em reunião a intenção do PDV. Recentemente, a própria Caixa lançou um programa (no fim de 2018) e mais de 1,6 mil funcionários aderiram.

Segundo Soares, a redução de quadro é uma "estratégia" que contribui para o corte de despesas. "É uma forte atitude de reestruturação de quadro de pessoal. Essa estratégia está sendo razoavelmente atingida", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Especial

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Sob revisão, 280 fundos públicos correm até risco de extinção

Dentro da estratégia de reduzir o déficit nominal do setor público, a equipe econômica aposta em uma ampla revisão de fundos públicos, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Fundo da Marinha Mercante, Fundo de Compensação de Variação Salariais (FCVS), fundos constitucionais, entre uma série de outros.

Os técnicos do governo mapearam 280 fundos que podem ter regras de remuneração revisadas ou mesmo serem extintos, levando ou à queda direta da dívida (por meio do uso de recursos desses ativos para seu pagamento) ou à elevação de receita com juros, caso haja melhora de remuneração.

"A ineficiência dos fundos é muito grave, estamos trabalhando para rever isso", disse uma fonte da área econômica, destacando que o governo deve primeiro atacar os problemas hoje existentes em FAT, FCVS e FGTS - este último não afeta as contas do governo, pois não faz parte do ativo do governo que compõe a estatística fiscal.

Ao melhorar a remuneração desses fundos públicos, o governo reduz a chamada taxa de juros implícita da dívida líquida do setor pública. Com isso, a expansão desse indicador de solvência fiscal, que o governo considera importante, tende a desacelerar.

A alternativa de se desfazer desses fundos tem como efeito o abatimento de dívida mais cara do governo, que é remunerada no mínimo pela taxa de juros básica, embora o estoque tenha títulos com custo bem mais alto para o setor público.

Esse movimento de ampla revisão de fundos, para o governo, visa também dar mais espaço para atuação do setor privado na economia brasileira, o chamado "crowding in". "Ao retirá-lo, permite com que seja incentivado o funding privado, quer seja bancário, quer via mercado de capitais", comenta uma fonte.

Como exemplo hipotético, o fim de um fundo como o da Marinha Mercante (FMM), que é ativo do governo remunerado à TJLP, poderia ser utilizado para pagar dívida pública atrelada à Selic ou pouco mais e induziria as empresas a buscar financiamento no mercado financeiro.

Somente o FAT, os fundos constitucionais e alguns outros que estão dentro da estatística de dívida líquida representam mais de meio trilhão de reais de recursos. Só a melhoria de remuneração deles já levaria à melhora do déficit nominal. Além dos recursos que estão diretamente alocados como ativos na dívida, há uma série de outros que estão dentro da conta única do Tesouro Nacional e não aparecem explicitamente na estatística. Mas nesse caso o impacto no déficit nominal é menor porque esses já têm remuneração semelhante aos passivos do Tesouro.

Atualmente, o déficit nominal do setor público está muito próximo de 7% do Produto Interno Bruto (PIB). O próprio governo reconhece que no quadro atual, sem reforma da Previdência e sem medidas como essa revisão de fundos, a tendência é que esse indicador, que interfere diretamente na trajetória da dívida pública, tenha até alta no ano que vem, chegando a 7,16% do PIB.

Com isso, a dívida bruta do governo geral chegaria 80,2% do PIB. A percepção de parte dos analistas econômicos é que, ao romper a marca de 80% do PIB, os investidores enxergam maior risco de insolvência do Estado.

A equipe econômica, contudo, argumenta que o resultado efetivo das contas públicas nesse e no próximo ano serão melhores do que os prognósticos que constam do PLDO 2020. É que eventos como os leilões de petróleo das áreas da cessão onerosa, a devolução de recursos do BNDES e dos demais bancos públicos, a reforma da Previdência e medidas como as revisões de fundos públicos vão gerar receitas primárias e financeiras, derrubando o déficit nominal neste e no próximo ano.

Com isso, a trajetória da dívida seria mais suave do que a prevista. O governo também aposta que esse conjunto de ações e seus efeitos sobre as contas públicas ensejarão uma explosão de investimentos privados que levará a um crescimento mais pronunciado da economia brasileira. E isso, acreditam, também ajudará a melhorar o retrato das contas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale adota voto múltiplo

A Vale informou, no sábado, em comunicado, que a eleição de membros do conselho de administração da companhia, na assembleia geral ordinária marcada para amanhã, poderá se dar por voto múltiplo. A empresa informou que foi atingido o percentual mínimo necessário para requisição do voto múltiplo (5% do seu capital social). Na prática, isso significa que haverá disputa entre os candidatos indicados pelos controladores da mineradora e aqueles apoiados por um grupo de acionistas minoritários, que querem ocupar uma vaga. Inicialmente, o grupo de controle da Vale indicou chapa única formada por 12 nomes (o 13º integrante do conselho é indicado pelos empregados). Pelo voto múltiplo, o acionista pode depositar seu voto individualmente nos candidatos, o que dissolve a chapa. A mudança abre a perspectiva de que os minoritários elejam uma conselheira (Patricia Bentes) e um suplente (Marcelo Gasparino) para o período 2019-21. A empresa conta, hoje, com 12 conselheiros, mas está prevista para amanhã a votação, em AGE, de mudança no estatuto que amplia este número para 13.

Eletrobras I

Os recursos da emissão de até R\$ 5 bilhões em debêntures simples, não conversíveis em ações, aprovada pelo conselho de administração da Eletrobras,

na quinta-feira, serão utilizados para rolar a dívida de curto prazo da companhia, segundo fonte. Na prática, os recursos serão utilizados para quitar um total de US\$ 1 bilhão em bônus no exterior com vencimento no fim de julho deste ano. De acordo com fato relevante divulgado no dia 25, a emissão será em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00. Segundo a fonte, a rolagem dos bonds está "garantida" e a um custo mais baixo. Até o início deste ano, a Eletrobras falava em emissão de R\$ 4 bilhões, para fazer frente ao total de US\$ 1 bilhão em bônus no exterior que vence no fim de julho.

Eletrobras II

A Eletrobras lançou licitação para a venda de dois imóveis localizados na Lapa, região central do Rio de Janeiro. O edital pode ser adquirido no escritório da companhia ou acessado por meio de sua página na internet. Os envelopes de documentação e propostas para o negócio serão recebidos pela empresa até 10 de junho e abertos na mesma data.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	29/04/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Novo comando de Furnas

O ex-presidente da Empresa Metropolitana de Águas e Energia de São Paulo (Emae) Luiz Carlos Ciochi será empossado hoje como presidente de Furnas, subsidiária da Eletrobras. Ele substituirá Ricardo Medeiros, que estava à frente da empresa desde julho de 2016. Nesta semana, o conselho de administração da companhia empossou os novos diretores da empresa. A diretoria de finanças de Furnas passou a ser ocupada por Caio Pompeu Neto. Funcionário de carreira da elétrica, ele ocupou interinamente a diretoria entre setembro de 2016 e março de 2017.

Aneel e Abrace

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou pedido da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) de reconsideração em relação ao reembolso de R\$ 1,59 bilhão

da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados (CCC) para Eletrobras e Amazonas Energia. Segundo a estatal de energia, o despacho da Aneel foi publicado no dia 23 de abril. A Eletrobras informou a existência da ação no dia 11 de abril. Os créditos foram cedidos pela Amazonas Energia à Eletrobras no âmbito do processo de privatização da distribuidora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Alessandra Saraiva e André Ramalho | Do Rio

Título: Venda de ativos da Petrobras já soma R\$ 10 bi

Após assinar contratos de venda de US\$ 10,3 bilhões em ativos, na última semana, a Petrobras aprovou no conselho de administração o novo modelo para a venda de refinarias. O pacote inclui oito refinarias que totalizam capacidade de processamento de 1,1 milhão de barris por dia. A empresa ainda confirmou que estuda a realização de uma oferta pública secundária de ações (follow-on) da BR Distribuidora, cuja participação atual da petroleira é de 71%.

Em relação ao modelo anterior de venda de refinarias, da gestão Pedro Parente, o novo programa é bem maior. O modelo anterior previa a venda de 60% de participação nas refinarias Abreu e Lima (PE), Landulpho Alves (BA), Presidente Getúlio Vargas (PR) e Alberto Pasqualini (RS). Agora, além de se desfazer integralmente das quatro, a Petrobras pretende vender 100% das refinarias Gabriel Passos (MG) e Isaac Sabbá (AM); na Unidade de Industrialização do Xisto (PR); e na Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (CE).

Em entrevista ao canal de televisão "Globo News", na sexta-feira, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que espera arrecadar US\$ 15 bilhões com a venda das refinarias. O executivo prevê que a conclusão do negócio ocorra em um ano e meio.

Apesar da aprovação do modelo pelo conselho, a estatal ainda não definiu como será a forma de venda das refinarias. Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a Petrobras terá de apresentar e discutir essa forma com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e com o Tribunal de Contas da União (TCU). Por esse motivo, o especialista espera que os negócios levem mais de um ano para serem concretizados.

Pires, no entanto, elogiou a decisão. "A Petrobras está no caminho correto". Segundo ele, é importante que não haja instabilidade regulatória e insegurança jurídica para os interessados. Além de não haver intervenção na política de preços de combustíveis da estatal.

A Petrobras informou que os projetos seguirão a sistemática de desinvestimentos da companhia.

No caso do follow-on da BR Distribuidora, a Petrobras não forneceu mais detalhes sobre o assunto. A companhia não informou para quanto pretende reduzir sua participação no negócio. No mercado, os comentários são de que a empresa vai se desfazer de cerca de 30% de participação na distribuidora, ficando com 40%.

O novo modelo de venda de ativos de refino e o follow-on da BR mudam o panorama do programa de desinvestimentos, cujo objetivo era atingir US\$ 26,9 bilhões até 2023, sem considerar as refinarias e as distribuidoras. Nos primeiros quatro meses deste ano, a companhia já alcançou pouco mais de 40% dessa meta, com acordos para alienação de US\$ 11,30 bilhões.

Na última semana a Petrobras assinou contratos de venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), a venda de 50% do campo de Tartaruga Verde e do módulo III do campo de Espadarte e a venda de 100% de participação em 34 campos terrestres.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo

Título: 'Barato', caroço de algodão vira ração para bois

Os preços domésticos do caroço de algodão estão em patamares tão baixos que o produto tem virado ração para bois em confinamentos do país. De olho no mercado de exportação da pluma, os agricultores ampliaram em cerca de 65% a área semeada nas últimas quatro safras, o que duplicou a produção não apenas da pluma, mas também do caroço.

"No algodão nada se perde, tudo se transforma e se aproveita", brinca Túlio Breno Pedrosa, presidente da esmagadora cearense Rações Golfinho. Ele lembra que do caroço se extrai óleo, farelo, línter (fibra curta usada na fabricação de papel moeda), casca, borra e torta de algodão. Mas, se a pluma tem boa demanda no mercado externo, sobretudo na China, o caroço não tem um mercado que o valorize tanto.

Um destino natural seria a produção de óleo, por causa da expansão do uso de biodiesel no país, mas, nesse mercado, o produto não tem competitividade. "O óleo de algodão é mais caro que o de soja ou que a gordura de boi", diz Julio

Minelli, diretor-executivo da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio). Em Mato Grosso, que lidera a oferta brasileira de soja e algodão, a diferença é de cerca de 5%.

Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que, em 2018, apenas 0,9% do biodiesel produzido no país teve como matéria-prima o óleo de algodão, enquanto o de soja respondeu por 70% e o sebo bovino, por 13,3%.

Ainda assim, a expansão do biodiesel tem estimulado parte do crescimento da produção de óleo de algodão, que aumentou 60% no Brasil do ciclo 2015/16 ao 2017/18, para 440 mil toneladas. Para 2018/19, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), projeta 565 mil toneladas.

Desse volume, o que não serve ao biodiesel e à indústria química vai para o setor de alimentos. "Mas para a indústria alimentícia há um limite de aumento, porque o algodão tem um fator antinutricional, que é o gossipol. Mesmo após o processamento, há resquícios de ácido graxo chamado de ciclopropanóico", explica Everaldo Medeiros, pesquisador da Embrapa Algodão.

Mesmo com essa limitação, o USDA aponta que o uso do produto pela indústria de alimentos cresceu 35% no país de 2015/16 a 2017/18. Para a safra 2018/19, a estimativa é de aumento de 8,1%, para 200 mil toneladas, ainda abaixo do recorde de 220 mil toneladas de 2011/12. As exportações estão projetadas pelo órgão em 6 mil toneladas em 2018/19.

Assim, como o avanço do consumo do óleo não acompanhou o da produção do caroço, a oferta excedente, com pouca demanda no mercado interno, fez os preços despencarem. Dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) mostram que, de 2016 a 2018, o preço do caroço caiu 52% no Estado, responsável por cerca de 65% da produção nacional. E, no patamar atual, o produto se tornou a proteína alternativa usada em ração de gado para melhorar margens de lucro.

Tradicionalmente, o farelo de soja é proteína garantida nas rações em confinamentos e semi-confinamentos de bovinos. O insumo tem 46% de proteína e a torta de algodão, 25%. "Mas, considerando cotações em Mato Grosso, a torta de algodão abaixo de R\$ 720 a tonelada já compensaria. Isso para ficar na mesma quantidade de proteína", calcula Rogério Coan, diretor técnico da Coan Consultoria. Na sexta-feira, a cotação da torta estava em R\$ 514,38 a tonelada, 38% mais barata que no começo de 2017.

"De um modo geral, usar torta de algodão no lugar do farelo tem compensado", avalia Cleiton Gauer, gestor técnico do Imea. Não é de hoje que o algodão tem

sido usado na alimentação de animais, mas apenas há pouco tempo algumas questões foram desmistificadas. "Dar o caroço sem nenhum processamento pode mudar o sabor e o odor da carne, que fica mais fibrosa, mais rígida. Isso por causa do gossipol", afirma Coan. A torta de algodão, porém, não apresenta esse problema. "A torta é processada e é retirada parte do óleo, eliminando quase todo o gossipol", diz.

O escritório local do USDA no Brasil calcula que, em 2019/20 - safra que começará a ser semeada em novembro -, a produção de torta de algodão no Brasil chegará a 1,8 milhão de toneladas, destinadas à alimentação animal. Em 2018/19, a estimativa do órgão é de 1,7 milhão. A quebra de safra 2017/18 de soja na Argentina, grande exportadora de farelo de soja, abriu espaço para o produto brasileiro no exterior, o que encareceu o insumo e elevou a competitividade da torta de algodão.

Afora esse movimento, tem aumentado a exportação de caroço para Coreia do Sul e Japão, apontou o gestor técnico do Imea. E os embarques ganharam força a partir do último trimestre do ano passado. Para a temporada 2019/20, com uma perspectiva de recorde de produção do caroço no mercado interno e diante do aumento da área de algodão em Mato Grosso, as exportações do caroço podem ser uma boa oportunidade para dar escape ao excesso de oferta do subproduto. Isso caso a demanda do mercado interno não consiga absorver toda a oferta disponível.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Suplemento - Agronegócios

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Pressão sobre preço de combustíveis preocupa o setor

Entre as principais preocupações do agronegócio estão as cotações do petróleo, as oscilações da taxa de câmbio e o consequente impacto das duas variáveis sobre o preço do diesel, um dos principais custos operacionais num momento em que o setor atravessa o período de colheita. A alta do custo pode chegar a 5%, caso o diesel suba mais de 10% em 60 dias.

Neste ano, o petróleo tem batido recordes com a decisão do governo dos Estados Unidos de impor sanções econômicas sobre o Irã, um dos maiores produtores mundiais. Já as incertezas sobre o desempenho econômico do Brasil

e a tramitação acidentada da reforma da Previdência pressionam o câmbio. "Em doze meses até maio, a inflação já ronda 5% e os combustíveis são um dos ingredientes explosivos. Podemos ter outras altas com o petróleo e o dólar nesse patamar nos próximos 60 dias", afirma Fabio Silveira, sócio diretor da MacroSector Consultores.

A Petrobras tem mantido sua liberdade de política de preços em um momento em que se prepara para vender participação na área de refino. Isso tem criado pressão sobre outra questão que impacta o preço dos combustíveis: tributos. "O jeito para reduzir essa pressão, que pode significar alta de mais de 10% em 60 dias, é reduzir impostos. Isso foi feito em 2017 quando o governo zerou a Cide", diz Silveira.

Na gasolina, 45% da cotação são impostos, sendo que no diesel esse percentual é de 24% (15% de ICMS e 9% entre Cide, PIS e Cofins). "O mercado internacional está pressionado e deve se manter assim no curto prazo", destaca o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires.

Isso cria pressão sobre o agronegócio. Levantamento do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (EsalqLog), divulgado ano passado, mostra que, entre Sorriso, em Mato Grosso, e o terminal hidroviário de Itaituba, no Pará, o custo dos transportadores subiu 6% entre 2017 e 2018 por causa da alta de 13% do combustível. Já na rota de exportação de açúcar de Ribeirão Preto (SP) para Santos (SP) houve alta de 5,7%. Se o caminhoneiro é autônomo, o que para as cargas do agronegócio é uma realidade em 70% dos casos, foi ele mesmo que absorveu o aumento e, na maioria dos casos, não conseguiu repassá-lo.

O custo do combustível para o transportador de longa distância chega a quase a 40% do total. De acordo com o EsalqLog, o custo estimado da logística do agronegócio em 2017 foi de R\$ 120 bilhões, sendo que R\$ 105 bilhões foram gastos com a atividade de transporte e R\$ 15 bilhões com a atividade de armazenagem e estoque. Para uma distância de mil quilômetros, por exemplo, a parcela do custo de combustível representa por volta de 38,4% no custo total para um veículo típico de transporte de grãos.

A pressão sobre os preços dos combustíveis, com os contratos futuros de petróleo negociados em abril no patamar mais alto do ano, tem deixado o agronegócio apreensivo diante do impacto sobre o frete e a possibilidade de nova greve dos caminhoneiros. Dois grandes escritórios de advocacia já estão

com suas equipes de contencioso em estado de alerta caso haja uma nova greve.

Há outra incerteza que paira sobre o frete. Em 2017, após a paralisação dos caminhoneiros, estabeleceu-se uma tabela de frete mínimo - se o preço do diesel sobe ou cai 10% é repassado para essa tabela. A metodologia, no entanto, é criticada e deverá ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "A expectativa é de que o julgamento saia até o início do segundo semestre", afirma um advogado que acompanha a questão.

Em setembro de 2018, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) protocolou no STF uma medida cautelar pedindo a suspensão da tabela do frete e a análise de todas as ações que questionam o tabelamento na Suprema Corte. "O cenário que já era caótico com a instituição de uma política de tabelamento obrigatório de preços mínimos do frete rodoviário, transformou-se agora em uma loteria de inseguranças", diz a CNA na petição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Suplemento - Agronegócios

Autor: Lívia Ferrari | Para o Valor, do Rio

Título: Mercado prevê retomada das cotações do açúcar

A atenção do setor sucroalcooleiro está voltada para a safra de cana-de-açúcar 2019/2020, no Centro-Sul, que se iniciou neste mês, apontando, na maioria das projeções, para volume próximo às 573 milhões de toneladas do período anterior. Há estimativas mais conservadoras - em torno de 565 milhões de toneladas na região, devido a esperadas quedas de produtividade na lavoura - e outras mais otimistas, com produção prevista de até 590 milhões de toneladas, feitas por consultorias especializadas. Em maio, saem as primeiras projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), importante referência para o mercado.

Enquanto isso, a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) trabalha com expectativa de algo em torno de 570 milhões de toneladas de cana e promete números mais precisos em breve. "As chuvas de final de março e começo de abril indicam um canavial, mesmo que envelhecido, mais produtivo", prevê o diretor técnico da associação, Antonio de Pádua Rodrigues, considerando, porém, possível redução na área de colheita.

A Unica estima obter duas toneladas a mais por hectare de cana, passando de 73,5 t/ha, para 75,5 t/ha, mas trabalha também com a possibilidade de um quilo de açúcar a menos por tonelada de cana. "Porém, como provavelmente teremos duas toneladas de cana a mais por hectare, haverá incremento de produto", diz Rodrigues.

Ricardo Pinto, CEO da RPA Consultoria, tem previsões diferentes. Ele não descarta queda média de até 1,2 ponto percentual na produtividade da lavoura este ano e diz que a renovação do canavial ocorre em ritmo mais lento do que o previsto. "Possivelmente será menor a disponibilidade de cana no atual período", acredita.

O mercado, unânime, afirma que a safra 2019/2020 começa muito mais alcooleira, a exemplo do ano anterior. Eventual incremento na produção brasileira de açúcar será possível prever somente a partir de agosto/setembro, quando da definição do comportamento das produções na Índia, Tailândia, China - que enfrentam má distribuição de chuvas -, e União Europeia (com possibilidade de redução de área de plantio), e dos estoques mundiais.

A professora do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq), Heloísa Lee Burnquist, observa que os estoques internacionais de açúcar vêm se reduzindo e sinalizações de quebra em safras da Ásia e Europa poderão forçar quedas nos volumes estocados e recuperação nos preços. Em maio, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) divulga novo relatório. O último, de novembro, contabiliza estoques mundiais de 53 milhões de toneladas de açúcar. O mercado já considera possibilidade de déficit mundial de 4 milhões de toneladas do produto na safra 19/20.

"A partir de outubro poderemos ter um começo de escalada de preços do açúcar", acredita Ricardo Pinto, prevendo queda na disponibilidade do produto no mundo. Segundo o executivo da RPA, os contratos futuros de açúcar na Bolsa de Nova York caminham em direção à recuperação de preços. Ele prevê uma safra de cana de 560 milhões de toneladas no Centro-Sul, com mix de 60% em etanol e menor oferta de açúcar.

Passada a seca, as chuvas de março e abril no noroeste de São Paulo recuperam o canavial e as expectativas do diretor da Região Brasil do Grupo Tereos, Jacyr Costa Filho, de moer até 20,3 milhões de toneladas na atual safra, acima das 18 milhões de toneladas do período anterior.

"Devemos começar privilegiando o etanol, observando como a safra vai até novembro e ajustando o perfil de produção de acordo com comportamento do mercado", diz ele, à frente de sete unidades industriais na região. Na safra passada, a empresa destinou 43% da cana para etanol, produzindo 680 milhões

de litros, e 57% para açúcar, com 1,4 milhão de t do produto. Costa Filho diz que é cedo para estimar o mix da atual safra.

O executivo da Tereos prevê um ciclo promissor de preços para o açúcar e o etanol, diante da possível redução na oferta mundial do adoçante, e da manutenção de preços firmes do petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Suplemento - Agronegócios

Autor: Livia Ferrari | Do Rio

Título: Etanol deve seguir com valores competitivos em relação à gasolina

Na safra passada, encerrada em 31 de março, a região Centro-Sul atingiu recorde na produção de etanol, com 30,9 bilhões de litros, sendo 21,8 bilhões de litros de hidratado e 9,1 bilhões de anidro. A alta no volume processado de etanol hidratado foi de 39%, em comparação a 15,6 bilhões de litros no ano anterior. Os dados da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) revelam que 65% da oferta de cana foi destinada à produção de biocombustível.

O cenário para 2019/2020 não é muito diferente. A Unica estima que 62% da oferta de cana será dirigida para o etanol, que mantém competitividade frente à gasolina.

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) considera que o etanol hidratado tem que ter preço limite de 70% da gasolina nos postos para ser considerado vantajoso. Em 2018, a média Brasil foi da ordem de 66%, com gasolina a R\$ 4,40 por litro e etanol R\$ 2,60/litro.

"Este mercado só existe quando houver essa diferença de preço, viabilizada por grande oferta de produto, que deve se manter este ano", prevê o diretor técnico da Unica, Antonio de Pádua Rodrigues, acreditando que os preços do petróleo ficarão firmes e que não haverá "loucura intervencionista do governo" na política de preços da gasolina e demais derivados.

Martinho Ono, CEO da SCA Trading, especializada no setor, diz que "o mercado deve continuar produzindo o máximo de etanol para atender à demanda interna. "O açúcar continua com preços não remuneradores, perdendo para o etanol", diz. No ano passado, a demanda por combustíveis do Ciclo Otto recuou; neste ano é esperada recuperação do mercado.

Francis Vernon Queen, vice-presidente executivo para etanol, álcool e biodiesel da Raízen, concorda que a expectativa setor é que a tendência para 19/20 siga, pelo menos no início da safra, pela melhor remuneração do etanol.

Com demanda aquecida, os preços do produto dispararam nas primeiras semanas da atual safra, segundo indicador de mercado. O etanol hidratado subiu, em média, mais de 15% nas usinas paulistas. O anidro, mais de 4%. Na safra 2018/2019, o preço médio do etanol hidratado no Estado de São Paulo ficou em R\$ 1,62/litro. O do anidro, R\$ 1,79/litro.

Mesmo diante de estimativas de baixo crescimento do PIB este ano, o diretor da Região Brasil do Grupo Tereos, Jacyr Costa Filho, prevê aumento no consumo do etanol hidratado. Ele explica que, em momentos de retração econômica, aumenta a preferência do consumidor por produto de menor custo, como o hidratado.

Seguindo a tendência do etanol de cana, cresce também a produção brasileira de etanol de milho, que saiu de 85 milhões de litros em 2014/2015, para quase 800 milhões de litros na última safra. Para este ano, o produto deve atingir 1,2 bilhão de litros, contribuindo para uma matriz energética mais limpa e renovável.

O executivo da Raízen lembra que o RenovaBio, "fundamental para viabilizar a descarbonização dos transportes e da economia como um todo", entra vigor no final deste ano. O programa prevê atingir até 2028 participação de 18% de biocombustíveis na matriz energética, com oferta de 46,9 bilhões de litros de etanol.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Empresas aproveitam demanda aquecida para trocar dívida cara

Se do lado do investidor o momento é de disputa - e algum estresse - por títulos de crédito corporativo, no lado das empresas emissoras o cenário é de céu de brigadeiro. Elas estão captando a taxas mais favoráveis, próximas ao CDI, e os prazos estão cada vez mais alongados.

Eduardo Freitas, responsável por emissões de dívidas do Citi Brasil, resume o mercado atual como sendo "do emissor e não do comprador": "O tamanho do mercado está sendo dado pela capacidade das empresas de tomar recursos. Hoje, a demanda pelos papéis é muito maior do que a quantidade de operações que está indo a mercado", diz.

No começo do ano, a Petrobras lançou uma operação de R\$ 3 bilhões de debêntures incentivadas que teve uma demanda de quase seis vezes. A Eletrobras elevou de R\$ 4 bilhões para R\$ 5 bilhões sua emissão - além de quitar um bônus internacional de US\$ 1 bilhão que vence em julho, aproveita para colocar mais recursos em seu caixa.

Nos três primeiros meses do ano, as operações movimentaram perto de R\$ 20 bilhões e a estimativa do mercado é que atualmente estejam em andamento ao mesmo tempo perto de 30 operações, que devem alcançar valor semelhante ao do primeiro trimestre e serão concluídas nos próximos 30 dias. A lista inclui empresas dos mais variados setores e perfis: Gerdau (R\$ 1,4 bilhão), Santos Brasil (R\$ 300 milhões), B3 (R\$ 1,2 bilhão), Equatorial Energia (R\$ 385 milhões), Minerva (R\$ 600 milhões); BR Malls (R\$ 500 milhões) e Brasil Brokers (R\$ 120 milhões).

Diante dessas condições tão favoráveis, as companhias estão captando para fazer "gestão de passivo", como se diz no jargão financeiro. Como captar ficou mais barato para elas, aproveitam para trocar dívida mais cara por outra menos custosa, com o bônus de estarem conseguindo alongar os prazos de vencimento. Isso vale principalmente para empresas com rating de primeira linha, que estão captando com pouco prêmio em relação ao CDI e prazos que já chegam aos sete anos - até bem pouco tempo atrás só no mercado externo isso seria possível.

"Com demanda de investidores em excesso, o que estamos vendo são emissões para a gestão de dívida", afirma Ricardo Carvalho, da diretor-executivo da Fitch Ratings. "Ainda não estamos vendo as empresas acessarem o mercado para captar recursos para investir, o que deve acontecer somente depois que houver uma sinalização mais clara em relação ao andamento das reformas, em particular da Previdência."

Para o executivo da Fitch, a questão fiscal é sempre um ponto de atenção e fundamental para que o nível de confiança na economia aumente e os investimentos sejam retomados. Se tudo der certo, a perspectiva é que as companhias mantenham o mercado cada vez mais aquecido, engatando um ciclo de recursos para crescimento.

Freitas, do Citi, diz que é razoável pensar que o próximo passo, diante dos retornos mais reduzidos para os investidores, será a abertura de espaço para que as empresas com ratings menores também consigam realizar suas emissões.

O sócio responsável pela área de operações estruturadas financeiras da Araújo Fontes, Felipe Borildo, lembra que o Brasil viveu nos últimos anos um ciclo de

grande destruição de valor nas empresas e muitas ainda estão se recuperando do baque e se preparando para voltar a acessar o mercado.

Marcelo Carvalho, responsável pela área de corporate banking do Bank of America Merrill Lynch (BofA), destaca ainda que é muito positivo para o mercado brasileiro que as empresas possam fazer as operações em reais sem precisar necessariamente captar no exterior em conjunto com swaps por conta do risco cambial.

Diante do aquecimento do segmento, o Bank of America passou a atuar também na estruturação desses títulos. O banco pretende ser um player relevante nesse segmento, diz Carvalho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Investidores disputam debêntures com bancos

Sozinho, o banco Santander está coordenando uma emissão de R\$ 5 bilhões em debêntures da Eletrobras. As informações que circulam no mercado dão conta de que a maioria dos papéis têm destino certo: a gestora de recursos do próprio banco.

Essa operação ilustra o atual momento do mercado de títulos de crédito corporativo: sobra demanda e falta ativo suficiente para atender a todos. É isso que sugere o fato de só um banco dar conta de distribuir R\$ 5 bilhões.

Até poucos anos atrás, não era possível afirmar que existia um mercado para títulos corporativos no Brasil - muito menos uma disputa por ativos. Os bancos estruturavam e colocavam nos balanços as emissões. A outra opção das empresas eram as linhas subsidiadas do BNDES. Vieram a crise das empresas citadas na Lava-Jato, as regras de Basileia 3, os bancos fecharam a torneira do crédito e agora deixam os balanços mais leves. O BNDES se retirou dessas operações e deixou de atrapalhar o andamento desse mercado.

Ao mesmo tempo, com a queda dos juros no Brasil, surgiu uma massa de investidores interessados em ativos que rendam mais que o CDI e que foi impulsionada pelo crescimento das plataformas abertas. As empresas com ratings mais elevados, e em tese menos risco, começaram a atrair a atenção desses investidores das plataformas.

Nessas ofertas, o formato mais comum é um pool de três ou quatro bancos estruturarem a operação com base na instrução CVM 476, que prevê esforços restritos de colocação. A oferta não pode ser distribuída publicamente para todos os investidores. Deve ser apresentada para até 75 interessados e até 50 podem efetivamente comprar os papéis.

Diante da elevada procura, o que os coordenadores têm feito é concentrar as emissões em quatro ou cinco investidores, como âncoras na operação. Esse formato faz com que esse pequeno grupo defina as taxas de emissão. Mas também não são poucos os casos em que as debêntures vão diretamente para as assets.

Conforme dados da Anbima, em 2013, bancos intermediários de ofertas 476 e pessoas relacionadas com a oferta ficavam com 69% das emissões. Esse percentual vem caindo desde então, mas ainda se manteve em impressionantes 45,5% em 2018.

No início do ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou como uma das prioridades de sua supervisão baseada em risco a "verificação de eventual participação de vinculados em ofertas com excesso de demanda".

"Investir em crédito corporativo atualmente tem um quê de vida social. Você precisa estar em contato com as pessoas, ir a todas as apresentações das ofertas públicas - mesmo que não pretenda investir - e ligar para reclamar se ficou de fora de uma operação para tentar ser lembrado. Não tem ativo para todo mundo", afirmou um gestor independente focado em crédito.

O que tem acontecido, diz outro gestor, é que um investidor é chamado a olhar determinada operação e comenta com um colega mais próximo, que só assim descobre que ficou de fora e liga nos bancos para "pressionar" para entrar na próxima.

"Há dois ou três anos, quando os coordenadores líderes chamavam para uma apresentação de oferta pública de debêntures, participavam quatro ou cinco interessados. Hoje, você pode multiplicar esses números por cinco", afirma Bruno Eiras, principal executivo da Devant Asset.

Jean-Pierre Cote Gil, sócio responsável pela gestão de crédito na GPS Investimentos, afirma que o aumento de apetite de investidores pela renda fixa e a chegada de novas gestoras dedicadas a crédito têm gerado forte aumento da demanda por papéis privados. Consequentemente, o aumento no número de

participantes também tem impulsionado o volume de transações no mercado secundário. "Há cinco anos existiam ao redor de 10 gestores dedicados a crédito. Hoje, dezenas de gestores possuem fundos dedicados, e isso é muito positivo", diz.

No entanto, ele destaca que o excesso de demanda em relação ao volume de oferta segue pressionando os níveis dos spreads de crédito, que se encontram em patamares historicamente muito baixos. "Muitos gestores têm aceitado o risco de um maior alongamento nos prazos de novas emissões como forma de obter um retorno um pouco maior", afirma, observa Cote Gil, da GPS.

Nessas condições, em que tanta procura já afeta a precificação, ocorrem também casos em que os fundos estão sendo fechados para a captação. Está nessa situação a gestora mineira AF Invest, tem hoje R\$ 4,5 bilhões em administração em fundos de crédito e dobrou de tamanho nos últimos seis meses.

"As condições atuais de remuneração, garantias e prazo de papéis não estão formando um tripé tão estável ou justo para o investidor. Por isso, preferimos ficar de fora", afirma Pedro Sternick, sócio responsável pela gestão dos investimentos da AF. Emissões que há menos de um ano saíam com prazo de três ou quatro anos e com taxa acima de 110% do CDI estão agora sendo testadas com prazos de sete anos e ao redor de 103% do CDI.

Para um gestor de fundos de crédito de um grande banco, a falta de papel talvez seja um problema para fundos menores, que têm ativo e passivo bastante pulverizados e estão atrás somente de emissões que tenham avaliação "AAA".

"Casas maiores, que têm equipes dedicadas à análise de créditos e dos riscos das operações, têm conseguido boas opções de papéis - talvez não em ratings tão elevados ou prazos dilatados-, entrando nesses pools de colocação. Mas é preciso ter a expertise de análise e tamanho de fundo para conseguir acompanhar vários níveis de risco", afirmou.

A demanda forte já tem feito com que empresas que não acessavam o mercado lancem suas emissões, caso recente da IMC, dona da rede Frango Assado. E também há companhias fazendo questão de que suas operações sejam levadas "a mercado" em vez de ficarem num pool de poucos bancos, como aconteceu recentemente com a operadora de turismo CVC, o braço de shoppings da Cyrela CCP; e a BRF.

Em vez da opção da Eletrobras, apresentar a operação para a maior quantidade de investidores possível, fazendo com que eles tenham acesso e relacionamento com as companhias só tende a ser positivo para elas.

"Algumas empresas vêm se tornando emissoras frequentes, o que é um desenvolvimento muito positivo. É muito importante que a companhia vá a mercado com frequência, pelo menos uma vez por ano, pois isso ajuda a fortalecer seu nome no mercado de capitais, atrai mais interesse de gestores, e ajuda a baratear os custos de captação", afirma Cote Gil, da GPS.

O fato de o Santander ter ficado sozinho com a operação da Eletrobras incomodou outros bancos que atuam no segmento. Apesar de o incômodo ter muito a ver com o fato de eles terem perdido a chance de ganhar uma comissão polpuda, há argumentos fortes para as críticas.

Se na emissão a debênture fica concentrada em tão poucas mãos, muito provavelmente ela não vai ter negociação relevante no mercado secundário. Isso faz pouco sentido, ainda mais num mercado em busca de papéis. A outra questão é um eventual conflito do banco trabalhando ao mesmo tempo para a empresa emissora, que vai querer captar a um custo menor; e o investidor, que buscará retornos mais altos. Procurados, Santander e Eletrobras não deram entrevista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/04/2019

Seção: Política

Autor: Malu Delgado | De São Paulo

Título: Pacto federativo emperra e preocupa governadores

A decisão do governo federal de condicionar as discussões sobre um novo pacto federativo à aprovação da reforma da Previdência enerva governos estaduais, que cobram urgência no diálogo com a equipe econômica para que uma nova proposta comece a ser debatida imediatamente, com transparência.

A pedido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o secretário de Planejamento da Bahia, o ex-senador Walter Pinheiro, esboçou ideias que começam a ser discutidas no Congresso. Para ele, a saída do momento para se construir uma recuperação financeira mais sólida dos entes federados é repartir de maneira negociada o dinheiro da cessão onerosa do pré-sal. O ex-senador duvida, no entanto, do empenho do governo federal para votar, no Congresso, o projeto. "O governo não topa votar a cessão onerosa porque está trabalhando

com aquela tese que o Tribunal de Contas da União vai autorizar os leilões, independentemente desta legislação", diz.

Ex-petista, Pinheiro defende que os parlamentares e governadores discutam alternativas para a grave situação fiscal de Estados e municípios enquanto tramita a reforma da Previdência. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer condicionar a liberação de recursos aos Estados à aprovação da reforma, apesar de já ter anunciado que vai acelerar o repasse de aproximadamente R\$ 6 bilhões do leilão da cessão onerosa aos governadores.

"Qual o problema de construir uma solução para os Estados enquanto reforma caminha no Congresso? Se de um lado economiza [a reforma], do outro entra dinheiro. Se combinarmos as duas coisas, é possível dar alívio imediato a Estados e municípios e organizar a caminhada para frente", defende o secretário baiano.

Segundo a presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), Cynthia Lima, secretária do Maranhão, a União quer ver qual moeda de troca os governadores vão oferecer pela aprovação da reforma da Previdência, mas a situação dos Estados é grave demais para que se adie o debate do pacto federativo. "Não adianta parar o país para esperar aprovar a reforma da Previdência. Os Estados estão sangrando. Temos 14 Estados em calamidade financeira. Precisamos disso para agora."

O Conseplan quer atuar em conjunto com o Confaz (secretários da Fazenda) para elaborar uma proposta. Técnicos da Fazenda paulista estão trabalhando num plano de trabalho e tentam uma ponte com a União. Em nota enviada ao **Valor**, a Secretaria de Fazenda de São Paulo informou que governadores do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) vão discutir estratégia conjunta para o aperfeiçoamento do pacto federativo.

No sábado, governadores do Cosud se reuniram em São Paulo e apresentaram uma nova carta de apoio à reforma da Previdência. No encontro, defenderam a manutenção dos Estados e municípios na proposta de mudança de regras previdenciárias, diante de um movimento do Centrão, no Congresso, que pode resultar na retirada dos entes federativos da reforma.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), afirmou que os governadores têm a preocupação de que se mantenha a repercussão da reforma nos Estados. Depois do encontro, Leite disse que "criar novas instâncias de negociação da reforma seria uma inconsequência e uma irresponsabilidade", e afirmou que "não faz sentido fatiar e parcelar essa reforma entre União e Estados". Além de Leite, participaram os governadores João Doria (São Paulo), Romeu Zema (Minas Gerais), Renato Casagrande (Espírito Santo), Carlos Moisés

(Santa Catarina) e os vice-governadores Cláudio Castro (Rio de Janeiro) e Darci Piana (PR).

A secretária maranhense reconhece que há diálogo com a equipe econômica, em especial com o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida - "eles nos escutam" -, mas afirma que as conversas não avançam.

Procurada pelo **Valor**, a assessoria de imprensa do Ministério da Economia não respondeu a questionamentos da reportagem sobre estudos referentes à revisão do pacto federativo.

A sugestão de Walter Pinheiro é que o governo federal e Estados utilizem os recursos do petróleo da seguinte forma: "Poderíamos ter dois fundos: um que compensa perdas [como as da Lei Kandir] e outro que substitui a guerra fiscal, com investimentos". Desta maneira, afirma ele, os Estados poderiam contar com um aquecimento da economia para resolver problemas futuros.

Apoiador do governo Bolsonaro, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), está encarregado de apresentar um plano de recuperação fiscal dos Estados à equipe econômica, que está sendo elaborado em conjunto com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). Caiado acha fundamental, além do debate sobre a Previdência, que haja um posicionamento urgente do Supremo Tribunal Federal sobre temas que afetam diretamente os Estados, como Lei Kandir e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"Temos que discutir como os governadores poderão, que instrumentos terão, para se reinserir na LRF. Não podemos ser punidos por herdarmos uma situação. Por contiguidade eu serei contaminado?", questionou Caiado. Em fevereiro, constava na pauta do STF a análise de oito ações referentes à LRF, mas o julgamento foi adiado. A situação, diz Caiado, é emergencial. A Previdência, diz, é economia projetada. "A cessão onerosa do petróleo, securitização das dívidas, essas decisões do STF, é dinheiro mais rápido, dinheiro novo", explica.

Cynthia Lima lembra que o pacto federativo vem sendo rediscutido desde 2015, e que todos os secretários de Fazenda, Planejamento e Gestão estão interessados neste debate. Ela pontua que há um valor altíssimo de repasses da Lei Kandir que não chega aos Estados. O último levantamento do Conseplan apontava que este saldo de R\$ 495 bilhões de recursos não repassados pela União para a compensação com a desoneração de ICMS.

Há, na proposta preliminar que secretários estão elaborando, outras reivindicações à União, além dos repasses parcelados da Lei Kandir e de divisão da cessão onerosa do petróleo. Os Estados também querem parte do bônus na

assinatura do petróleo (pago na seleção tradicional para concessão da exploração do petróleo), revisão no pagamento de royalties e permissão para que governos com rating C possam fazer novas operações de crédito desde que não tenham ultrapassado o limite de endividamento. **(Colaborou Camila Souza Ramos)**

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Mônica Scaramuzzo Cristiane Barbieri

Título: Ofertas de ações de empresas brasileiras podem movimentar R\$ 80 bi este ano

Bolsa. Operações devem ser lideradas, em boa parte, por empresas estatais, como Petrobrás, que planeja vender sua participação na BR Distribuidora, e Caixa, que deve se desfazer de fatia na petroleira; conta inclui ofertas a serem feitas no País e também no exterior

Apesar das incertezas sobre a retomada do crescimento econômico, as empresas deram início a um forte movimento de oferta de ações na bolsa paulista (B3) e também no exterior, que pode levantar este ano cerca de R\$ 80 bilhões – o maior valor desde 2010, segundo fontes ouvidas pelo "Estado". O valor inclui tanto operações de abertura de capital (IPO, na sigla em inglês), quanto emissão de ações de companhias já listadas na Bolsa (chamada "follow-on"). A expectativa é que sejam feitas entre 25 e 40 operações neste ano.

Boa parte será conduzida por companhias que já têm ações em Bolsa e que pretendem fazer ofertas primárias e secundárias no mercado. No primeiro caso, as operações são para captar recursos para projetos de expansão, por exemplo. Na oferta secundária, a venda de ações é para remunerar os acionistas, que diluem sua participação ou saem do negócio. Essas operações deverão ser lideradas, em boa parte, por estatais. São os casos da Petrobrás, que planeja vender sua participação na BR Distribuidora, e da Caixa, que deve se desfazer de fatia na petroleira. Juntas, podem levantar cerca de R\$ 20 bilhões, segundo fontes. Outras estatais também devem seguir o mesmo caminho, forma mais rápida e menos burocrática que a venda direta da empresa.

A resseguradora IRB, do Banco do Brasil, foi a primeira a fazer oferta de R\$ 2,5 bilhões, em fevereiro. Após a paralisa no período eleitoral, o setor privado também reagiu. Localiza e Burger King levantaram R\$ 2,6 bilhões. No início do mês, a empresa de energia Eneva fez uma oferta secundária de cerca de R\$ 1 bilhão. A varejista Centauro captou R\$ 772 milhões em seu IPO. Fora do País, a empresa de pagamento Stone movimentou quase US\$ 800 milhões na Nasdaq,

nos EUA, para permitir a saída de investidores do negócio. Outras operações estão prestes a ser realizadas.

Na próxima quinta-feira, a empresa de locação de caminhões Vamos, do grupo JSL, deverá concluir seu IPO, com expectativa de captar R\$ 1,1 bilhão. A CPFL Energia – controlada pela chinesa State Grid – já fez o pedido para oferta pública na Securities and Exchange Commission (SEC), a comissão de valores mobiliários dos EUA. A intenção é fazer a operação no Brasil e no exterior. O mercado ainda aguarda para os próximos meses ofertas das empresas de energia AES Tietê e Light, da Cemig – as companhias não comentam. Segundo especialistas, o apetite por ações dos setores de infraestrutura e tecnologia é maior, uma vez que não estão ligados diretamente ao consumo, que ainda patina.

"Quando há boas histórias, os investidores têm interesse em comprar", afirma Alessandro Zema, presidente do Morgan Stanley, que projeta até US\$ 20 bilhões em ofertas de ações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/04/2019

Seção: Mundo

Autor:

Título: Sanções de Donald Trump contra petróleo da Venezuela entram em vigor

Washington- As sanções dos Estados Unidos contra o petróleo da Venezuela entraram em vigor neste domingo (28), num momento em que a crise se acentua no país.

As restrições à compra de petróleo da estatal petrolífera PDVSA fazem parte de uma série de sanções que os Estados Unidos impôs, atingindo o ditador Nicolás Maduro, mas também as instituições políticas e financeiras.

Antes das sanções, anunciadas em janeiro, a Venezuela exportava 500 mil barris de óleo bruto aos Estados Unidos, onde operava a Citgo, uma filial da PDVSA, cujas contas foram bloqueadas.

O petróleo é o pulmão da economia da Venezuela, para o qual contribui com 96% das receitas. Com a queda da produção, esses fluxos de caixa estão em declínio, num momento em que o país experimenta uma crise sem precedentes, com uma hiperinflação prevista pelo FMI de 10.000.000% este ano e uma escassez de produtos básicos, que causaram a migração de mais de 2,7 milhões de pessoas desde 2015, segundo a ONU.

Uma das principais consequências das sanções é que Caracas tem que encontrar quem forneça diluentes para refinar seu petróleo, o que aumenta os custos de produção.

A consultora Rapidan Energy Group, com sede nos EUA, calcula em um relatório que a produção da PDVSA poderia perder temporariamente cerca de 200 mil barris por dia. O bombeamento, que era de 3,2 milhões de barris por dia em 2008, caiu para cerca de 840 mil em março.

Para contornar as sanções, o governo venezuelano se voltou para a Índia, China e Rússia, embora as penalidades iminentes tenham assustado muitas empresas indianas.

“As sanções têm infligido danos cada vez mais graves à vida e à saúde humana”, advertiram Mark Weisbrot e Jeffrey Sachs, em um estudo publicado esta semana pelo centro de estudos progressistas CEPR, com sede em Washington.

Para esses especialistas, que preveem queda de 67% nas receitas do petróleo em 2019, as sanções se enquadram na definição de “punição coletiva contra a população civil”.

Segundo a ONU, 7 milhões de venezuelanos (24% da população) têm necessidades urgentes de assistência e proteção, e 22% das crianças menores de cinco anos sofrem de desnutrição crônica.

As sanções americanas começaram em dezembro de 2014, no governo de Barack Obama, com uma lei destinada a punir responsáveis por violações dos direitos humanos no país caribenho.

AFP

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/04/2019

Seção: Rio

Autor: LUCAS ALTINO LETYCIA CARDOSO

Título: Vazamento pode atingir a Baía de Guanabara

Ambientalistas destacam a proximidade do local da tentativa de furto de gasolina em Duque de Caxias com o Rio Iguaçu; óleo já afetou o lençol freático da região, e moradores tiveram que ser retirados de suas casas

Com a confirmação de que o vazamento de gasolina em Duque de Caxias na última sexta-feira atingiu o lençol freático da região, ambientalistas alertam para o risco da contaminação chegar à Baía de Guanabara. A tentativa de furto

no oleoduto da Transpetro ocorreu próximo ao Rio Iguaçu, que deságua na Baía. Especialistas destacam que levará décadas até que o lençol seja recuperado do óleo vazado em grande quantidade.

— São dois os principais perigos: a alta toxicidade da gasolina, que vai matar plantas, animais e micro-organismos, e a capacidade de mobilidade do material, porque o lençol freático é como um rio subterrâneo — explica o oceanógrafo David Zee, que alerta para o risco de contaminação da Baía de Guanabara. — Não tenha dúvidas de que pode chegar à Baía. A gasolina tem decomposição muito lenta e vida útil elevada.

ÁGUA DE POÇO CONDENADA

Apesar do risco, Zee lembra que a Baía de Guanabara já recebe poluição de outras fontes e que despejos cotidianos são mais relevantes. Para o engenheiro florestal Salvador Sá, o principal problema é a contaminação dos bairros Parque Capivari e Amapá, área do vazamento.

—O lençol fica condenado, ninguém poderá tomar água dele. A gasolina tem substâncias cancerígenas, como o benzeno. É muito difícil essa recuperação (do lençol), pois o material é de difícil degradação — afirma Sá, também destacando a proximidade do Rio Iguaçu. — Ainda acho pouco provável o material chegar até a Baía, porque é uma distância de mais de três quilômetros. Como foi um vazamento superficial e logo contido, acredito que parte já evaporou e parte já foi absorvida pelo solo e vegetação. Mas só com monitoramento para saber até onde a contaminação irá.

Ambientalistas reclamam da falta de fiscalização e de planos de contingência em locais com riscos de contaminação. Sérgio Ricardo, do movimento Baía Viva, afirma que protocolou, em fevereiro, representação no Ministério Público Federal (MPF) e no Ministério Público do Estado (MPE) solicitando providências em relação "à grave situação de vulnerabilidade provocada por diversas Áreas de Riscos Tecnológicos" em locais que beiram a Baía de Guanabara. Ele cita o vazamento de sexta e o incêndio na Refinaria de Manguinhos em dezembro como provas desses riscos.

— Nas áreas onde passam oleodutos e outras instalações do ramo petrolífero e petroquímico quase sempre há contaminação do solo e do lençol freático. E esse bairro de Caxias é uma região rural, muitas famílias usam poço artesiano — ressalta o ambientalista.

Procurada, a Prefeitura de Duque de Caxias informou que só saberá o nível de contaminação após estudo que será solicitado hoje. A orientação é que moradores num raio de até cinco quilômetros não utilizem água de poços

artesianos e de captação e também de cursos d'água. A prefeitura afirmou que a Transpetro terá que fornecer água potável a essas famílias e apresentar um plano de remoção.

A Defesa Civil de Duque de Caxias disse que o vazamento afetou 17 pessoas, que só poderão voltar para suas casas depois de a Transpetro descontaminar o lençol freático.

No sábado, a Light foi autorizada a religar a energia, e a Transpetro — que será multada em até R\$ 17 milhões pela prefeitura — começou a transferir os moradores para um hotel. Mas muitos preferiram ir para a casa de amigos. Foi o caso de Lira Paes Leme Pacheco, avó de Ana Cristina Pacheco, que teve 80% do corpo queimado e que continua internada em estado grave.

— Eu, dentro de um hotel, vou perder a minha vida. Sempre tive o pé na terra e não em cima de carpete — disse Lira, dona de um bar.

MME / ASCOM .